

Sem liberdade, sem saúde

ANDRÉ CARRAVILLA

DA EQUIPE DO CORREIO

O problema da falta de remédios, equipamentos e médicos é comum em boa parte dos hospitais do país, mas chega a ser maior ainda nos presídios. Apenas 10 estados são contemplados pelo Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Das 539 unidades prisionais, apenas 108 estabelecimentos contam com serviço médico para os detentos. “Se o presidiário não é respeitado pela sociedade, num princípio fundamental, que é o direito à saúde e à vida, não tem por que respeitá-los quando deixa a prisão. O sentimento é de revolta e de vingança”, acredita o psicólogo Mário Ângelo Silva, professor do departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB).

Presidente da Associação de Familiares e Amigos de Presos do Estado do Rio de Janeiro, Simone Corrêa de Menezes considera que “todos têm a sua parcela de culpa. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário refletem o que pensa a sociedade sobre o assunto. Todo mundo se esquece que um dia esse preso vai voltar ao convívio social. Ele tem que voltar com alguma formação e saúde”.

Para ela, a falta de assistência médica é apenas mais um dos problemas que assombram os cerca de 220 mil internos de todo o sistema carcerário brasileiro. “As cadeias estão superlotadas, os presos ficam ociosos, sem oportunidade de trabalho e vivendo em celas onde as condições sanitárias deixam a desejar”, critica Simone.

Baixa qualidade

O Ministério da Saúde informa que apenas 60% da população penitenciária do Rio de Janeiro, que é de 18.127 presos, recebe assistência médica. São 33 equipes de saúde que atuam em 25 unidades prisionais. Além de reclamar dos 40% que não recebem acompanhamento, Simone Corrêa de Menezes afirma que a qualidade do atendimento deixa a desejar. “As prisões são um microcosmo do que acontece do lado de fora. Os problemas dos hospitais são potencializados dentro dos muros de uma prisão”, completa a presidente da Associação de Familiares e

Kleber Lima/CB/3.11.03

Direitos Humanos



SUPERLOTAÇÃO: AMBIENTE CONSIDERADO INSALUBRE PROPICIA A DISSEMINAÇÃO DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS ENTRE OS DETENTOS

Amigos de Presos do estado.

“Já soube de casos de morte. O último foi de uma detenta, que morreu por falta de atendimento”, acrescenta Simone, ao ressaltar que, muitas vezes, a quantidade de preservativos distribuídos não é suficiente e que o número de médicos é pequeno. “As doenças infectocontagiosas são as mais comuns. As pessoas não percebem que essas realidade é muito grave. É um desrespeito com o preso. Pode contribuir para aumentar a reincidência, que chega na casa dos 80%”, acredita o professor Mário Ângelo da Silva.

Familiarizado com o dia-a-dia dos presídios de Brasília, onde presta serviço como psicólogo, Mário Ângelo da Silva troca informações com os presos e funcionários que já trabalharam em outras unidades penitenciárias. “O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário é bem

arquitetado. Mas, na prática, falta uma adequação das unidades prisionais. Isso não acontece por falta de vontade política. O ambiente carcerário não é simpático. Existe preconceito e estigma. O resultado é o descaso das autoridades”, sentença.

Promessa de governo

A quantidade de equipes médicas e o tempo dedicado para cada penitenciária varia de acordo com o número de detentos por presídio. Nos locais com até 100 presos, o plano prevê que as equipes cumpram uma carga horária de 20 horas semanais. Nesses casos, a verba para remuneração dos profissionais é de R\$ 20 mil por ano. Já nos presídios onde o número de presos é superior a 100 internos, a carga horária é de 40 horas e a verba para salários é de R\$ 40 mil.

O Ministério da Saúde informa que a equipe é composta

por no mínimo um médico e um enfermeiro, mas nos estados onde o custo dos profissionais é menor, a verba é suficiente para contratação de psicólogos e outros especialistas. “Não dá para dizer que no Acre, por exemplo, a verba seja suficiente para contratar mais profissionais do que em São Paulo. Muitas vezes, nesses estados, para atrair gente, o salário costuma ser maior”, explica Cristina Boaretto, diretora do Departamento de Ações Programáticas do Ministério da Saúde.

Os planos do governo são para que até o final de todos os presídios contem com atendimento das equipes. “Vamos atingir 100%”, promete Boaretto. Para chegar à meta, o governo pretende dobrar os investimentos: em 2005 foram repassados R\$ 3,6 milhões; neste ano, as cifras, ainda em estudo pelo Congresso, podem ultrapassar R\$ 7 milhões.

REBELIÃO ENCERRADA

Presos da Penitenciária 3 de Lavínia, a 600km de São Paulo, encerraram na manhã de ontem uma rebelião na qual 16 agentes carcerários eram mantidos reféns desde a quarta-feira. Todos foram libertados e quatro detentos conseguiram ser transferidos. Armados com duas pistolas, um grupo de quatro presos rendeu funcionários e tentou fugir. Impedidos, os presidiários iniciaram o motim. A prisão de Lavínia tem capacidade para 768 detentos, mas a população carcerária é de 805.